



GUERRA FINANCEIRA, SANÇÕES ECONÔMICAS E GEPOLÍTICA DA EURÁSIA

FINANCIAL WARFARE, ECONOMIC SANCTIONS AND EURASIAN GEOPOLITICS

Fernando Silva Azevedo

Mestre e Doutorando em
Economia Política
Internacional pela
Universidade Federal do
Rio de Janeiro
(PEPI/UFRJ),
Pesquisador do
Laboratório de Estudos de
Segurança e Defesa
(LESD) no Instituto de
Relações Internacionais e
Defesa da Universidade
Federal do Rio de Janeiro.
Bacharel em Ciências
Econômicas pela
Universidade do Estado
do Rio de Janeiro.
Graduando em Defesa e
Gestão Estratégica
Internacional pela
Universidade Federal do
Rio de Janeiro
(DGEI/UFRJ).

RESUMO: Os EUA praticam uma pressão contra a República Islâmica do Irã por ferramentas econômicas desde a eclosão da Revolução Islâmica em 1979. Ao longo desse período, diferentes mecanismos foram utilizados no processo de coerção. Ferramentas comerciais e financeiras foram exploradas pelos EUA para combater adversários na arena geopolítica internacional. O objetivo principal deste artigo é compreender a dinâmica de um processo contínuo de coerção com duração de mais de quatro décadas e que ainda se encontra em curso. O artigo pretende responder à seguinte pergunta: quais as motivações que levaram Washington a sustentar um processo tão longo de coerção? Para isso, a hipótese principal do artigo é que as sanções comerciais e o ataque financeiro cumprem a função de pressionar constantemente um adversário dos EUA localizado em uma região geoestratégica. Para explorar a hipótese principal, o artigo apresentará uma breve história da pressão comercial e financeira aplicada pelos EUA contra o Irã. Ademais, para ancorar a pressão econômica na lógica da geopolítica, o artigo também irá apresentar de forma introdutória elementos da geopolítica clássica, fundamentais para a compreensão sobre a importância do espaço persa para a geoestratégia dos EUA.

Palavras-chave: EUA; Irã; Guerra Financeira; Geopolítica da Eurásia.

ABSTRACT: The United States has been using economic tools to put the Islamic Republic of Iran under pressure since the outbreak of the Islamic Revolution in 1979. Throughout this period, different mechanisms were used in the process of coercion. Commercial and financial tools were explored by the United States to fight an opponent in the international geopolitical arena. The main objective of this article is to understand the dynamics of a continuous process of coercion which lasts more than four decades and is still ongoing. This article aims to answer the following question: what are the motivations that led Washington to sustain such a long process of coercion? For that, the main hypothesis of the article is that the trade sanctions and the financial attack fulfill the function of constantly pressuring an opponent of the United States located in a geostrategic region. To explore the main hypothesis, this article will present a brief history of the commercial and financial pressure applied by the United States against Iran. In addition, to anchor economic pressure in the logic of geopolitics, the article will also introduce elements of classical geopolitics, fundamental to the understanding of the importance of the persian space for the United States' geostrategy.

Keywords: United States; Iran; Financial Warfare; Eurasian Geopolitics.



1 Introdução

A geografia é um saber estratégico-político-militar que serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra¹ (LACOSTE, 1988). Tal ideia está associada com o fato de que o exercício do poder acontece em um espaço geográfico. A dimensão política do espaço é elemento fundamental na constante disputa entre as sociedades humanas. Lacoste (1988), ao analisar a dinâmica das grandes potências durante a Guerra Fria, defende que a ambição hegemônica e a busca pelo controle de posições estratégicas são mais relevantes do que princípios ideológicos. Assim, para compreender o uso das sanções contra o Irã será preciso olhar tanto para a geopolítica quanto para a geoestratégia, e não para a dinâmica economicista.

Como potência hegemônica, o raio de atuação norte-americano engloba o mundo inteiro. Na atualidade, o conhecimento da geografia e da geopolítica podem ajudar a explicar os motivos que historicamente levaram Washington a utilizar as sanções através de diferentes conjunturas históricas. O artigo parte da premissa que as sanções não foram motivadas por questões de mercado e estão ancoradas na dimensão geopolítica.

O Irã sofre com sanções norte-americanas desde 1979. Uma vez que as sanções não estão relacionadas à dinâmica econômica, mas sim a da geopolítica, o artigo tem a ambição de defender a hipótese que o Irã sofreu um processo constante de sanções devido à sua importância geoestratégica para os Estados Unidos (EUA). A posição geográfica do Irã é um elemento relevante para entender esse constante processo de coerção que sobreviveu a diferentes conjunturas. Ademais, de maneira nenhuma, o artigo possui a presunção de negar a relevância das alterações conjunturais na realidade geopolítica da região analisada. Tampouco busca ignorar a importância geopolítica dos recursos estratégicos presentes na região. Ele pretende focar na relevância de um elemento perene, a posição estratégica de um Estado no continente basilar da geoestratégia de Washington, a Eurásia.

Para alcançar seus objetivos, o artigo será dividido em duas partes além dessa introdução e das considerações finais. A primeira parte abordará uma breve história da pressão econômica e financeira sofrida pelo Irã. Esse processo de pressão constante foi dividido em duas partes no que diz respeito à natureza da coerção. A primeira ocorreu entre 1979 e 2006, onde as sanções foram majoritariamente de natureza comercial. A segunda, ocorrida após 2006, teve natureza financeira e será classificada como guerra financeira.

Na segunda parte, para compreender a lógica basilar da geopolítica norte-americana e

¹Para Lacoste (1988), a geografia não serve apenas para a prática da guerra. O autor não exclui outras funções para o saber geográfico, apenas enfatiza a ligação desse saber humano com o campo da estratégia.

sua relação com o espaço em que se localiza o Irã, usaremos os saberes de três grandes geopolíticos, a saber: Halford Mackinder, Nicholas Spykman e Zbigniew Brzezinski. As ideias desses três autores nos guiaram para compreender a importância do continente eurasiático e da posição do Irã na geoestratégia e na geopolítica de Washington.

2 Uma breve história das sanções contra o Irã

Este artigo separa a história das sanções contra o Irã em dois períodos distintos quanto à natureza da coerção. O primeiro deles ocorreu entre 1979 e 2005. Nele, a coerção teve características predominantemente comerciais, e os elementos financeiros, como congelamento de ativos, eram ferramentas secundárias e auxiliares. Por seu turno, o segundo período, iniciado em 2006 e vigente até o presente momento, tem característica majoritariamente financeira.

2.1 As sanções comerciais

As sanções impostas pelos EUA contra o Irã ocorrem desde 1979. Estas sanções foram aplicadas inicialmente em resposta à crise dos reféns da embaixada americana. Na ocasião, a embaixada foi cercada por um grupo de civis apoiadores da Revolução Islâmica que bloquearam a saída e a entrada do edifício diplomático. Durante mais de 400 dias, cerca de 50 funcionários e diplomatas norte-americanos ficaram sitiados na embaixada em Teerã (FAYAZMANESH, 2008) (MALONEY, 2015).

Como resposta à crise, o então presidente norte-americano, Jimmy Carter, ordenou uma série de medidas que visavam estrangular economicamente o país persa. Pela aplicação da Ordem Executiva 12170, o presidente Carter baniu a importação de petróleo de origem iraniana e congelou 12 bilhões de dólares em ativos iranianos que estavam sob a jurisdição norte-americana (RIVLIN, 2018) (ZARATE, 2013).

O congelamento dos fundos iranianos em bancos sob a jurisdição norte-americana teve como base o marco legal denominado de *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA). O mecanismo havia sido criado como uma forma de proteger os bancos norte-americanos de uma retirada massiva e repentina de fundos provenientes da venda do petróleo dos países da OPEP. O IEEPA conferia ao presidente norte-americano o direito de declarar emergência nacional e parar uma eventual retirada de dinheiro destes bancos. Tal marco legal foi usado para congelar e impedir a retirada dos recursos provenientes do país persa em bancos norte-americanos (FAYAZMANESH, 2008). Em outras palavras, um mecanismo que protegia

o risco de mercado dos bancos foi instrumento de uma ação de caráter geopolítico. Segundo o Departamento do Tesouro dos EUA, as condições para acionar o IEEPA já existiam nove meses antes da crise da embaixada. A crise dos reféns foi apenas o gatilho para acionar o instrumento de proteção do sistema bancário norte-americano (FAYAZMANESH, 2008). As sanções sobre o Irã em 1979 não foram uma medida desesperada por parte de Washington. Na verdade, foi um plano bem elaborado de uso de elementos econômicos no campo da geopolítica (FAYAZMANESH, 2008).

No mesmo mês em que as sanções foram aplicadas, o presidente Carter aprovou a realização de uma operação militar de resgate dos reféns que estavam na embaixada. Com oitos soldados mortos, a ofensiva se mostrou um grande fracasso operacional e uma derrota política para os EUA. Tal evento deixou claro para ambas as partes que uma solução pela via militar era inviável naquela conjuntura. Deste modo, tanto as sanções quanto os reféns viraram moeda de troca nas negociações que se seguiram. Washington desejava a liberdade dos funcionários presos na embaixada e Teerã deseja o fim das sanções e o descongelamento dos ativos provenientes da riqueza pessoal do Xá Mohammad Reza Pahlavi, que havia sido deposto pela revolução (RIVLIN, 2018).

A necessidade iraniana dos recursos externos que estavam congelados aumentou em setembro de 1980 com a eclosão da guerra Irã-Iraque. Em janeiro de 1981, os fundos foram descongelados e os reféns na embaixada foram libertados. Desta forma, a autoridade iraniana ganhou um fôlego nas condições financeiras para consolidar a revolução e financiar a guerra contra o vizinho árabe. É importante ressaltar que mesmo com o descongelamento dos ativos, as sanções comerciais, como a proibição de importação de petróleo de origem iraniana por empresas norte-americanas, continuaram válidas. Sendo assim, a pressão pela ferramenta comercial continuou existindo (RIVLIN, 2018).

Em 1984, os EUA reforçaram as sanções contra Teerã. Na ocasião, Washington acusou os iranianos de financiarem grupos terroristas, mais especificamente o grupo libanês Hezbollah. Um ano antes, o Hezbollah havia sido responsável por um atentado à bomba em Beirute que vitimou quatro fuzileiros norte-americanos pertencentes à força de paz da ONU. Essa nova rodada de sanções intensificou as restrições à exportação de material de caráter dual. Este episódio afetou diversas instituições e indivíduos iranianos, inclusive o sistema bancário e a Guarda Revolucionária iraniana (RIVLIN, 2018).

As sanções supracitadas foram de caráter relacional, uma vez que buscavam uma coerção direta sobre o alvo. A primeira mudança nessa característica foi o estabelecimento do

Iran-Libya Sanctions Act (ILSA) na administração Clinton. Em março de 1995, os EUA proibiram a participação de empresas norte-americanas na indústria petrolífera iraniana. Este ato ocorreu após as autoridades de Teerã anunciarem um contrato de mais de um bilhão de dólares com uma empresa norte-americana para a exploração de campos de gás e petróleo. O ILSA impunha sanções sobre empresas estrangeiras que fizessem novos investimentos em valores superiores a 20 milhões de dólares em setores estratégicos do país persa (MALONEY, 2015) (FAYAZMANESH, 2008). Posteriormente, as medidas foram estendidas para todo o comércio e investimentos junto ao país persa (RIVLIN, 2018). Os EUA continuaram a pressionar o Irã através das chamadas de *Smart Sanctions*², que focavam em alvos específicos. Tais sanções tentavam negar o acesso de determinados grupos ao mercado americano e a seu sistema financeiro.

Através do ILSA, os EUA começam a alterar a dinâmica das sanções aplicadas ao Irã. No primeiro momento, elas visam constranger diretamente o inimigo, após o ILSA, as ações passaram a buscar uma coerção indireta, uma vez que pretendem constranger terceiros que possuem relações soberanas com o Irã. O conjunto de outros agentes, privados ou públicos, passou a ser importante no estabelecimento da coerção econômica. Deste modo, as sanções passam a ter uma característica mais estrutural, com a participação compulsória de terceiros, e menos relacional entre Washington e Teerã. Tal característica se fortaleceu e foi a base da posterior guerra financeira.

2.2 A guerra financeira

A guerra financeira³ praticada pelos EUA contra o Irã ocorreu a partir de 2006 com o uso da bomba-dólar⁴. Através da guerra financeira, os EUA conseguiram isolar o Irã no sistema internacional usando mecanismos puramente financeiros. Washington negou acesso a seu sistema financeiro e o uso de sua moeda a praticamente todos os agentes econômicos iranianos. Empresas, bancos, famílias e órgãos do governo do Irã ficaram impedidos de usarem o dólar em suas transações. Na prática, a bomba-dólar impediu a utilização da unidade de conta que mensura a riqueza e realiza transações no moderno sistema internacional.

²As *Smart Sanctions* são desenvolvidas para afetar alvos específicos, como elites apoiadoras de determinado regime. Elas buscam mitigar externalidades através da precisão dos alvos. Para mais informações ver Drezner (2011).

³A guerra financeira é definida como uma “forma de guerra não-militar, tão destrutiva quanto um combate sangrento, sendo que, na realidade, sem o derramamento de sangue” (XIANGSUI & LIANG, 1999).

⁴Para mais informações sobre a bomba-dólar ver Torres Filho (2019) e Silva Azevedo (2020).

A bomba dólar consiste na interdição pelos EUA, junto a todos os atores internacionais - governos, empresas e bancos, americanos ou não, de fazerem uso da sua moeda, o dólar, para realizar suas transações financeiras com qualquer entidade direta ou indiretamente vinculada a um país específico. A nação alvo passa a ser vista e tratada como um ator “terrorista”, que precisa ser isolado (TORRES FILHO, 2019, pp. 3).

O governo norte-americano conseguiu praticar uma forma de pressão até então inédita, porém, muito poderosa. Na prática, a estratégia dos EUA buscou impedir o acesso a bens estratégicos que eram fundamentais para o progresso do programa de desenvolvimento de tecnologia nuclear iraniano e limitou a capacidade de financiamento de Teerã a seus aliados regionais (EUA, 2007) (ZARATE, 2013).

Para o Departamento do Tesouro, o governo iraniano usava diversas unidades do seu sistema bancário para realizar atividades ilícitas, como financiamento de grupos terroristas e programas de desenvolvimento de armas (ZARATE, 2013). Washington acreditava que a Guarda Revolucionária do Irã apoiava grupos como Hezbollah e Hamas, considerados grupos terroristas pelos EUA. Esse apoio fornecido pela Guarda Revolucionária seria em armas, treinamento e financiamento (FENAROLI, 2016). Para financiar as atividades de financiamentos de grupos dentro de outros países, como no caso do Hamas e do Hezbollah, e viabilizar as compras dos equipamentos necessários para o desenvolvimento de um programa nuclear, Teerã precisava acessar os mercados financeiros globais que operam em dólares (KITTRIE, 2009).

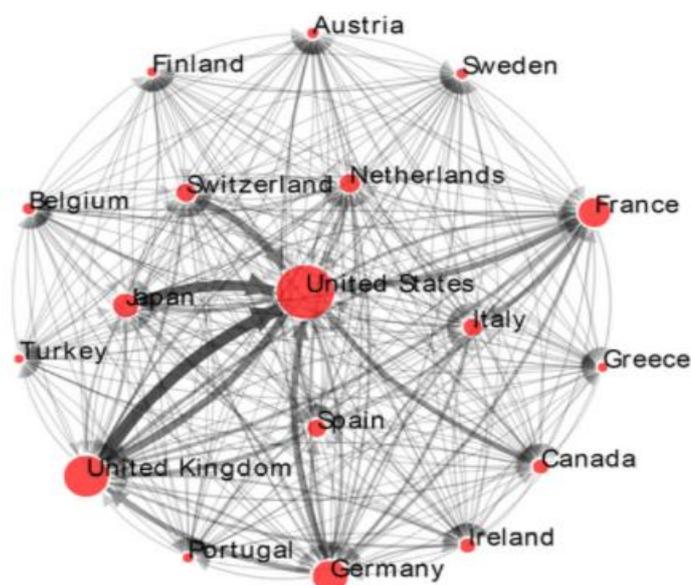
Para conseguir operacionalizar a guerra financeira contra Teerã, os EUA lançaram mão de uma estratégia indireta explorando o chamado risco reputacional dos bancos estrangeiros no sistema financeiro internacional. Para um banco de nível global, estar relacionado como financiador de grupos terroristas passou a ser um grande risco à sua reputação após os atentados de setembro de 2001⁵. Na prática, Washington indicava um agente iraniano, privado ou público, como sendo um financiador do terrorismo ou de programas de desenvolvimento de armas de destruição em massa e a estrutura bancária, visando mitigar seus próprios riscos, isolava tal agente ao cortar seus laços financeiros.

O sistema financeiro internacional é uma complexa estrutura de laços entre os agentes econômicos espalhados em todo o globo. É nessa complexa estrutura que os atores públicos e privados financiam suas operações diárias. Seja na aquisição de material bélico, seja nos investimentos no mercado de derivativos, tais atores precisam acessar o sistema financeiro

⁵Parte da operação financeira dos ataques terroristas de 2001 foi realizada em dólares e através do sistema financeiro dos EUA. Após os atentados, as autoridades norte-americanas criaram uma série de mecanismos legais para contra-atacar financeiramente os terroristas. Para mais informações ver Silva Azevedo (2020).

internacional. Esse sistema é caracterizado por ser concentrado em alguns hubs financeiros bem específicos, verdadeiros nós de negócios que permitem que os atores supram suas necessidades financeiras diárias. A unidade de conta desse complexo sistema é o dólar norte-americano e, conseqüentemente, o núcleo desse sistema é os EUA. A operação dessa estrutura é através do sistema bancário. A operação bancária é elemento fundamental. Essa complexa e gigante teia de relações financeiras está demonstrada na figura 1.

Figura 1



Fonte: Rajendran, 2013, pp. 91.

Washington cooptou os bancos com operações globais com sede em outros países com o objetivo de isolar o Irã na complexa rede de laços financeiros do sistema. Tal cooptação foi realizada de maneira unilateral, ou seja, sem o aval das autoridades onde estes bancos estavam sediados. Mesmo que os governos de outros países não se sentissem confortáveis com o fato de as autoridades norte-americanas estarem cooptando seus respectivos setores bancários privados para isolarem o Irã sem prévia autorização, estes não tinham o que fazer. Tais bancos deveriam seguir as diretrizes do Departamento do Tesouro se desejassem continuar efetuando operações em dólares (ZARATE, 2013). Em outras palavras, operar em dólares significa estar sob a regulação interna dos EUA.

Em janeiro de 2007, a ofensiva do Tesouro norte-americano contra o sistema bancário iraniano se iniciou com o enquadramento do Banco Sepah na Ordem Executiva 13382, que indicava que a instituição era uma apoiadora e uma financiadora do programa de

desenvolvimento nuclear (KATZMAN, 2020). Tal legislação autorizava os órgãos financeiros dos EUA punirem qualquer instituição bancária que tivesse relacionamento com o Banco Sepah.

O Tesouro retomou a ofensiva em outubro de 2007, quando cerca de onze instituições bancárias foram enquadradas tanto na Ordem Executiva 13224, sobre financiamento do terrorismo, quanto na Ordem Executiva 13382, sobre financiamento de programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa (KATZMAN, 2020). Uma dessas instituições foi o banco Sederat que foi classificado como financiador e patrocinador do terrorismo (DUBOWITZ; FIXLER, 2015; KATZENSTEIN, 2015). Segundo o Departamento do Tesouro, o banco Sederat era um financiador do grupo Hezbollah (ZARATE, 2013). Entre 2007 até 2012, mais de vinte instituições bancárias, praticamente todo o sistema bancário iraniano, sofreram com as consequências do ataque da bomba-dólar.

Entretanto, a ofensiva financeira não se limitou em cortar o acesso do sistema bancário iraniano a estrutura financeira global. O Departamento do Tesouro classificou nove empresas ligadas à Guarda Revolucionária e cinco empresas de propriedade de seus líderes como financiadores do programa nuclear iraniano (ZARATE, 2009). Desse modo, elementos da burocracia do Estado iraniano, e não apenas bancos do setor financeiro, foram alvos da guerra financeira.

Através do *Comprehensive Iran Sanctions, Accountability, and Divestment Act* (CISADA), os EUA impuseram sanções contra qualquer pessoa ou empresa, independente da nacionalidade, que fizesse investimentos superiores a 20 milhões de dólares no Irã. Deste modo, o CISADA permitiu que o governo americano pressionasse os agentes privados e públicos do sistema internacional a fazerem uma escolha simples: ou possui laços comerciais e financeiros com o Irã ou acessa o sistema financeiro dos EUA (DUBOWITZ; FIXLER, 2015). O impacto no setor privado foi imediato, pois empresas do setor de energia cessaram seus investimentos no Irã (ZARATE, 2013).

O ápice desta ofensiva financeira contra Teerã foi o ataque ao Banco Central do Irã. Em 2012, o congresso dos EUA, através do *National Defense Authorization Act* (NDAA), proibiu os bancos norte-americanos de transacionarem com agentes bancários internacionais que tivessem quaisquer laços com o Banco Central do Irã (KATZENSTEIN, 2015). Esse ato isolou o coração do sistema financeiro persa do resto do mundo, debilitando ainda mais suas relações financeiras e comerciais com os demais países e agentes privados.

A disciplina monetária que o Irã sofreu por causa dessa ofensiva financeira foi forte o

suficiente para levar o país persa à mesa de negociações nas questões relacionadas ao desenvolvimento de seu programa nuclear. O *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA), celebrado em 2015, sofreu influência direta da ação do Tesouro norte-americano.

Portanto, a guerra financeira pós-2006 contra Teerã usou a bomba-dólar, arma monetária exclusiva dos EUA, para negar o uso da moeda internacional, o dólar, pelos agentes públicos e privados iranianos. A bomba-dólar ao “explodir” constrangeu o país persa à máxima disciplina monetária ao cortar os laços iranianos com o sistema financeiro internacional. O caráter vertical desse tipo de guerra financeira é evidente, uma vez que as imposições que caracterizaram o processo da bomba-dólar foram unilaterais e aplicadas pelo país no topo da hierarquia monetária internacional.

Segundo Spykman (1942), o poder é a capacidade de impor a sua vontade a outrem. O poder monetário é a capacidade de impor a vontade através da moeda e da dimensão financeira. Foi exatamente isso que os EUA fizeram com o Irã a partir de 2006, com o uso da arma monetária baseada na força do dólar no sistema internacional.

A escolha do alvo dessa arma financeira está relacionada às questões de geopolítica. Mesmo que a arma monetária usada contra o Irã tenha sido operacionalizada através do setor financeiro, ou seja, em um espaço não geográfico, as razões para seu uso não são estranhas à lógica geopolítica. Tanto na guerra financeira quanto nas sanções comerciais, a escolha do alvo não foi aleatória, e tampouco teve sua lógica atrelada ao mundo da fria economia e das finanças globais. A instrumentalização do campo monetário como um artefato bélico seguiu a lógica da disputa pelo poder na arena internacional, onde o país persa se encontra em uma posição estratégica para as ambições e necessidades da hegemonia norte-americana. Além disso, o poder do dólar permitiu que Washington realizasse uma coerção unilateral e sem o consentimento de estruturas multilaterais. Na próxima seção será explorado a importância geopolítica do espaço em questão.

3 O Irã e a geopolítica da Eurásia

O gatilho para a aplicação das sanções contra o Irã foram diversos ao longo do tempo, crise diplomática, financiamento de grupos classificados como terroristas e financiamento de projetos de desenvolvimento de armas de destruição em massa foram utilizados como justificativas para a coerção “econômica” contra Teerã. Por mais relevante que sejam os elementos conjunturais para explicarem tais justificativas, o artigo centraliza seus esforços na busca de encontrar no saber geopolítico elementos de perenidade que ajudem a entender esses

atos coercitivos.

Para isso, o artigo buscará se ancorar no saber da geopolítica clássica. Portanto, nessa seção, para entender a importância estratégica do espaço iraniano para os EUA, o artigo irá explorar de maneira introdutória as ideias de dois autores geopolíticos clássicos, Halford Mackinder e Nicholas Spykman, e de Zbigniew Bzezinski, herdeiro dessa tradição.

3.1 Mackinder e o Heartland

A importância das ideias elaboradas por Halford Mackinder no campo da geopolítica é indubitável. A sua famosa publicação de 1904, *The Geographical Pivot of History*, foi revolucionária em certos aspectos e até hoje possui grande relevância para o entendimento dos movimentos das grandes potências. As ideias de Mackinder serviram de inspiração para inúmeros outros autores ao longo do século XX.

O conceito de *Heartland* é a ideia mais famosa do geógrafo inglês. Para entender por completo esse conceito será preciso explorar algumas premissas consideradas pelo autor. A primeira delas é que o mundo pós-colombiano é um sistema fechado (MACKINDER, 1904). Os surtos expansionistas europeu das grandes navegações ibéricas, da expansão russa para o leste e, posteriormente, no século XIX, a dominação da África e da Ásia pelas potências europeias, obliteraram as estruturas do mundo pré-colombiano e criaram um sistema fechado em si mesmo e com alto grau de interação. Se antes era possível que um evento geopolítico dramático, como uma guerra, ficasse restrito à sua região, após a edificação do mundo pós-colombiano, com um maior grau de integração entre as sociedades, era cada vez mais raro um evento de repercussão estritamente local (MELLO, 1999). Portanto, como não há mais espaços a serem descobertos, os eventos políticos na arena externa acontecem em uma rede integrada de escala planetária onde todos participam de um mesmo tabuleiro.

Essa formulação do concerto internacional como um sistema planetário fechado permitiu que Mackinder pudesse analisar a história do mundo à luz dos fenômenos da geografia (MELLO, 1999). Em outras palavras, a influência da geografia podia ser relacionada em um esquema global e integrado para explicar os movimentos históricos. O gênero humano constrói a sua história com forte influência da realidade geográfica que a cerca. Para Mackinder (1904), a existência humana faz parte de um organismo mundial que guarda relação compulsória com a geografia.

Mackinder (1904) defende a ideia que na história podemos identificar uma rivalidade secular entre dois tipos de potências, uma terrestre (ou continental) e outra oceânica (ou

marítima). Os processos históricos podiam ser entendidos através do antagonismo entre esses dois tipos de poder (MELLO, 1999). O passado do gênero humano demonstrou essa oposição em momentos extremos, e isso fica evidente em diversos conflitos bélicos tais como: a Guerra do Peloponeso, oposição entre a potência terrestre espartana e a potência marítima ateniense; a Guerra dos Sete Anos e as Guerras Napoleônicas, que opuseram a potência marítima inglesa e a potência terrestre francesa. Portanto, para o geógrafo inglês, essa oposição era uma forma de compreender os processos históricos que resultaram em guerras.

A oposição entre oceanismo e o continentalismo nos processos históricos é a influência da geografia na história das sociedades humanas. Ao atrelarmos tal oposição em um sistema fechado da era pós-colombiana conseguimos enxergar um processo muito caro ao pensamento de Mackinder, a disputa entre a Inglaterra e o Império Russo durante o século XIX. Conhecida como “*Great Game*”, a síntese dessa disputa é a tentativa de alcançar acesso direto a mares “quentes”⁶ pela potência continental russa e a tentativa de bloqueio desse movimento pela potência marítima inglesa. A tentativa russa se bem sucedida transformaria a potência terrestre em potência anfíbia, ou seja, simultaneamente com característica oceânicas e terrestres.

Com o sistema internacional fechado e a Eurásia como área principal do globo, a disputa secular entre o oceanismo e o continentalismo, representada pela rivalidade anglo-russa, processo ainda mais dramático se comparada com as rivalidades anteriores da história, apresenta o cenário que o geógrafo inglês elabora a sua famosa Teoria do Heartland

Mackinder questiona a visão geográfica tradicional que apresentava um mundo com quatro oceanos e seis continentes e apresenta uma nova forma de enxergar a distribuição de oceanos e terras no globo. Para autor inglês, existia apenas um oceano denominado de Grande Oceano onde as águas eram contínuas. Além disso, a Ásia, a África e a Europa formavam um único continente, denominado Ilha Mundo, cercado por todos os lados pelo Grande Oceano. As Américas e a Austrália seriam ilhas satélites dessa grande massa de terra.

Dentro da gigantesca massa de terra da Ilha Mundo se encontra uma porção de terra que Mackinder considera como uma área pivô, denominada de *Heartland* (COSTA, 1992). Segundo Mello (1999), o *Heartland* é uma ideia estratégica concebida por Mackinder para designar um núcleo basilar da Eurásia, esta porção de terra coincidia com as fronteiras do Império Russo do início do século XX. O *Heartland* era uma verdadeira fortaleza natural isolada do mundo. Nessa região se encontravam vastos recursos naturais que favoreceriam o poder terrestre que a dominasse.

⁶ Mares que não congelam, como o Mar Ártico, e que não são mares interiores, como o Mar Negro e o Mar Cáspio.

Ademais, a questão da mobilidade na região sofreu uma mudança em relação ao passado. Devido aos avanços na tecnologia dos transportes ferroviários, Mackinder acreditava que a histórica supremacia da capacidade logística do poder marítimo seria mitigada, ou até superada, pelo advento das ferrovias. Desse modo, o Império Russo poderia explorar com mais êxito as potencialidades econômicas da região do *Heartland* (COSTA, 1992).

Por conseguinte, essas características físicas somadas ao desenvolvimento tecnológico dos transportes ferroviários permitiam que uma potência terrestre que dominasse essa região basilar a usasse como retaguarda estratégica para promover uma expansão rumo a mares “quentes”, algo que favoreceria o surgimento de uma potência anfíbia que seria proprietária de vastos recursos humanos e naturais.

A região do *Heartland* é cercada por uma região amortizadora, uma espécie de arco denominado de Crescente Interno (*Inner Crescent*). Essa região será a zona de expansão do poder terrestre. É nela que acontece a fricção entre o poder terrestre e o marítimo. Portanto, para Mackinder (1904), quem dominasse o *Heartland* dominaria a Ilha Mundo, e quem dominasse a Ilha Mundo dominaria a Terra. O Crescente Interno é um espaço de disputa constante entre os dois tipos de poder. Portanto, qualquer nação que se encontre nessa região sofrerá com as consequências dessa fricção compulsoriamente. O exemplo iraniano não configura como uma exceção.

Não é uma surpresa que as ideias de Mackinder possuam relevância até os dias atuais, uma vez que a geografia continua sendo uma prisão de longuíssimo prazo para as ações do gênero humano. Mesmo com alterações devido aos acontecimentos posteriores à Conferência de 1904, como as duas guerras mundiais, o advento do poder aéreo e a eclosão da Guerra Fria, o cerne das ideias originais se manteve válido. Suas ideias serviram de inspiração para outros autores preocupados com questões geopolíticas e geoestratégicas. É o caso de Nicholas J. Spykman, o próximo autor a ser analisado por este texto.

3.2 Spkyman e o Rimland

Nicholas J. Spykman foi um professor da Universidade de Yale que se debruçou sobre uma questão fundamental: como os Estado Unidos deveriam agir no mundo? Adepto da corrente realista das Relações Internacionais, em detrimento da corrente idealista, enxergava o sistema internacional como uma estrutura anárquica de Estados e belicosa pela falta de governo central (MELLO, 1999). Para o autor, o equilíbrio nesse jogo anárquico era feito pelas grandes potências, formando uma estrutura oligopolizada (SPYKMAN, 1942). Este jogo das nações

tem como objetivo máximo a autopreservação dos Estados em uma dinâmica de poder relativo. A segurança do Estado só é possível através da busca pelo aumento desse poder relativo. Nessa lógica, “na sociedade internacional são permitidas todas as formas de coerção” (SPYKMAN, 1942).

Spykman reconhece a importância da geografia para a condução da complexa atividade que é a política externa de um Estado, prática primordial para o aumento de poder. Em suas palavras:

Os fatores que condicionam a política dos estados são muitos; são permanentes e temporários, óbvios e ocultos; incluem, além do fator geográfico, a densidade populacional, a estrutura econômica do país, a composição étnica do povo, a forma de governo e os complexos preconceitos de estimação dos chanceleres; e é sua ação e interação simultâneas que criam o fenômeno complexo conhecido como “política externa” (SPYKMAN, 1938, pp 28, tradução livre).

Contudo, Spykman (1938) argumenta que a geografia era o fator condicionante mais importante por ser o mais permanente, uma vez que ela pode ser “responsabilizada” por guerras de longa data que ocorreram ao longo da história, enquanto governos e dinastias surgem e desaparecem. Ademais, a localização do Estado no mundo e em sua região é fator fundamental para entender sua política externa (SPYKMAN, 1938). Devido à complexidade da política externa, é importante reforçar que o próprio autor defende que a geografia influencia e condiciona, mas não é um fator que determina a ação humana.

Visto isso, o autor norte-americano advogava que a primeira linha de defesa dos EUA deveria estar na Eurásia (MELLO, 1999) (WILKINSON, 1985). Esta primeira linha deveria ser feita através de um equilíbrio de poder na Eurásia que fosse benéfico aos EUA (SPYKMAN, 1942). Assim, Washington deveria manter divididas as potências do continente, impedindo que uma correlação de forças surgisse e, ao mesmo tempo, manter a hegemonia no hemisfério ocidental.

A realidade enfrentada pelos EUA através da influência da geografia deve ser compreendida e transformada em estratégia para manter o grau de segurança. Portanto, o intervencionismo norte-americano em regiões estratégicas é influenciado pela realidade geográfica. A estratégia básica deveria ser impedir que um país ou uma aliança de países dominasse a Eurásia. Caso isso viesse a acontecer, Washington se encontraria cercado tanto a Oeste, pelo Pacífico, quanto a Leste, pelo Atlântico (SPYKMAN, 1942). Portanto, os EUA deveriam atuar constantemente para dividir as forças na Eurásia e ser capaz de projetar poder ao mesmo tempo no Pacífico e no Atlântico, cercando as pontas da massa de terra eurásiana (SPYKMAN, 1942).

Para viabilizar a estratégia básica da segurança norte-americana, Spykman adota um modelo modificado do que foi explorado por Mackinder em relação à dinâmica entre o poder marítimo e o poder terrestre. A dinâmica é que o poder terrestre é dominante na Eurásia, região pivô, e o poder marítimo controla as linhas costeiras que circulam a região pivô. Em vista disso, a pressão constante entre os poderes terrestre e marítimo rege a dinâmica estratégica dos países. A potência marítima deve manter desunida, e em equilíbrio, os poderes terrestres eurásianos, para que estes não consigam ter o monopólio sobre a vasta quantidade de recursos da Eurásia.

Do ponto de vista pragmático, a intervenção dos EUA deve ocorrer nas bordas da Eurásia, nas suas fimbrias marítimas. Spykman apresenta uma alternativa ao conceito de *Heartland* elaborado por Mackinder, denominada Teoria do *Rimland* (MELLO, 1999). O *Rimland* substitui o conceito mackinderiano de Crescente Interno (*Inner Crescent*) e se torna a base do pensamento geopolítico e geoestratégico de Spykman.

Geograficamente, o *Rimland* consiste de uma posição intermediária entre os oceanos que cercam a massa eurásiana e o coração desta, o *Heartland*. O *Rimland* tem a natureza anfíbia, isso faz dela uma imensa área tampão entre os poderes terrestre e marítimo. Entretanto, é fundamental ressaltar que Spykman discordava de Mackinder sobre o *Heartland* nas planícies siberianas ser o pivô de poder global. Para o geógrafo norte-americano, com a exceção dos EUA, era no *Rimland* que se encontravam os demais polos de poder global, a região atlântica da Europa e a região costeira do Extremo Oriente (MELLO, 1999). Conforme defendido por Gerace (1991), para Spykman, poderiam ocorrer dois tipos de conflito entre as grandes potências, um entre o poder terrestre e o poder marítimo, e outro entre um poder no *Rimland* e uma aliança entre o poder terrestre e o marítimo. Essa ideia é fundamental para deslocar a área pivô da geopolítica global do *Heartland* para o *Rimland*. Um exemplo dessa dinâmica foi a Segunda Guerra Mundial, conflito caracterizado por uma aliança entre a potência terrestre russa e as potências marítimas inglesa e norte-americana para conter as potências do Eixo localizadas no *Rimland*. Desta maneira, a lógica de “quem dominasse o *Heartland* dominaria a Ilha Mundo, e quem dominasse a Ilha Mundo dominaria a Terra” é substituída pela lógica “quem controla o *Rimland* domina a Eurásia e quem controla a Eurásia domina o destino do mundo”.

3.3 Brzezinski e a Eurásia

Zbigniew Brzezinski é herdeiro da geopolítica clássica (PADULA, 2018). Para Mello (1999), do geógrafo inglês, Brzezinski é influenciado pelo conceito do *Heartland* e pelo conflito secular entre o poder terrestre e o poder marítimo pelo controle da massa eurásiana. Por sua

vez, de Nicholas Spykman, Brzezinski absorve o conceito de *Rimland* e a necessidade de controle das fimbrias da Eurásia pelo poder marítimo norte-americano para conter a expansão do poder terrestre soviético.

Durante a Guerra Fria, Brzezinski acredita que o conflito que opõe Washington e Moscou é uma rivalidade entre dois sistemas imperiais distintos, com funcionamento e hierarquias próprias que se colidem simultaneamente em diversas dimensões: militar, política e econômica (MELLO, 1999). Essa colisão multidimensional arrasta de maneira compulsória as unidades menores de cada um desses sistemas. Em resumo, o conflito entre esses dois sistemas se encontra dentro da lógica da contenção do *Heartland* pelo *Rimland* já defendido por Nicholas Spykman.

Para Brzezinski (1997), a Eurásia é o maior continente e um eixo geopolítico fundamental. Assim, o autor defende a tese que o poder que controlasse a massa de terra eurasiática controlaria duas das três regiões mais avançadas e economicamente produtivas do mundo. Na obra *Game Plan* (1986), ainda sob influência da rivalidade da Guerra Fria, o autor defende que essa disputa pela hegemonia da Eurásia ocorre em três espaços estratégicos, o Extremo Oriente, o Extremo Ocidente e o Sudoeste da Ásia. Assim, o perímetro de segurança de Washington se encontraria nas “fimbrias marítimas da Eurásia”.

Segundo Mello (1999), a Doutrina Truman é o processo de contenção em todas as dimensões, não apenas a militar, do poder terrestre soviético no Extremo Ocidente. No caso do Extremo Oriente, a contenção foi feita com a recuperação e incorporação do Japão após a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia em um processo de desenvolvimento a convite (SERRANO & MEDEIROS, 1999).

A terceira área é a mais importante para os objetivos desse texto. Em 1979, o sudoeste da Ásia se tornou um espaço de disputa com a eclosão da Revolução Islâmica no Irã e a invasão soviética ao Afeganistão. Essa fimbria marítima do *Rimland*, localizada no Sudoeste da Ásia, foi denominada por Brzezinski de “ventre mole”. Segundo o autor, esse espaço é estratégico devido às grandes reservas de petróleo e por ser o espaço natural para bloquear o acesso soviético ao Oceano Índico. O Irã é considerado como um Estado-pino. Essa classificação se dá devido à possibilidade desse país se tornar um espaço amortizador das tentativas de expansão do poder terrestre (MELLO, 1999). Além disso, o controle dessa área seria vital para o poder de barganha e influência dos EUA, uma vez que a região é importante fornecedora de Petróleo para os aliados de Washington (PADULA, 2018).

No período pós-Guerra Fria, não obstante as mudanças conjunturais, a Eurásia

continuou sendo a região mais importante no pensamento de Brzezinski. A Eurásia permaneceu como continente basilar para a estratégia norte-americana e o eixo estratégico da rivalidade Leste-Oeste como norte. Washington continua com a necessidade de estabelecer um equilíbrio no continente. Brzezinski (2012), no livro *Strategic Vision*, reforça a importância de se estabelecer uma atuação de longo prazo na Eurásia e a classifica com o “continente mais importante”. A ascensão da China como desafiante econômico dos EUA, o surgimento da Índia como potência regional e a posição japonesa como aliado norte-americano no Pacífico muda a distribuição de poder global e o torna mais disperso (BRZEZINSKI, 2012). Apesar das mudanças de conjuntura, a massa eurásiana continua como área pivô do mundo para Brzezinski.

3.4 A importância geopolítica do Irã

A importância do Irã para a geoestratégia norte-americana ultrapassa os limites das dinâmicas conjunturais e está ligada com a relação estratégica que Washington possui com a Eurásia. Para Padula (2018) há uma prioridade permanente atribuída à Eurásia dentro da geoestratégia norte-americana e a conjuntura influencia a intensidade na ação norte-americana nas diferentes regiões do supercontinente. Com o término da Guerra Fria, os EUA não deixaram de ter como prioridade a Eurásia. Na verdade, Washington teve a oportunidade de reconfigurar o mapa político da Eurásia no pós-1989, o combate ao terrorismo e as guerras do Iraque e do Afeganistão são parte desse processo de reordenamento estratégico no continente pivô (PECEQUILO; FORNER, 2017).

Tal prioridade da Eurásia indica a importância do Irã devido à sua localização. Seja pela lógica da geopolítica clássica, apresentada por Mackinder e Spykman, seja pelas ideias de Brzezinski, herdeiro desta corrente, o Irã possui uma importância geoestratégica para os EUA com impactos tanto regional quanto sistêmico. Seguindo a geopolítica clássica, o Irã se encontra em uma região de fricção denominada por Spykman como *Rimland*.

Dentro da Eurásia, Brzezinski (1997) classifica cinco países como sendo Estados-pivôs, a saber: Ucrânia, Azerbaijão, Coreia do Sul, Turquia e Irã. Tais países desempenham um importante papel de pivôs geopolíticos. No caso iraniano, como no caso turco, há um elemento adicional, a capacidade de serem ativos do ponto de vista geoestratégico na sua região. Portanto, o Irã não é apenas um Estado pivô importante para a estabilidade da região, mas também atua ativamente com um ator regional (BRZEZINSKI, 1997).

Ademais, o fortalecimento geopolítico do Irã pós-79 poderia alterar a distribuição de forças no Oriente Médio, teria o potencial de desestabilizar toda a região. Devido a isso que o

desenvolvimento do programa nuclear de Teerã é questão tão cara à estratégia norte-americana. Um Irã nuclearizado, do ponto de vista bélico, poderia colocar em xeque as pretensões de Washington de influenciar um espaço fundamental na sua grande estratégia. Outro fator desestabilizador é a atividade geopolítica regional de Teerã com o financiamento de grupos como Hamas e Hezbollah. Não por coincidência, o desenvolvimento do programa nuclear e o financiamento de grupos contrários aos interesses norte-americanos na sensível região do Oriente Médio são agendas da guerra financeira praticada contra o Irã a partir de 2006.

Além de ser um ator ativo no Oriente Médio, o Irã é um *player* no mercado de petróleo e um grande fornecedor para os aliados de Washington, tais como, Europa e Japão. A estabilidade dessa área sensível do globo possibilita que os EUA tenham a capacidade de atuar como um garantidor do acesso a esse bem estratégico por seus aliados e permite um funcionamento “adequado” do “mercado” (PADULA,2018).

Portanto, de nossa parte, a explicação da histórica pressão comercial e financeira contra Teerã exercida por Washington transcende razões de curto prazo ou de conjuntura, como no caso da crise dos reféns da Embaixada. As razões do uso desse tipo de estratégia estão ancoradas em uma estrutura menos volátil, a importância da posição do Irã dentro das necessidades geoestratégica norte-americanas em atuar na Eurásia, seja para conter a expansão de uma potência terrestre em busca de “mares quentes”, seja para estabelecer um equilíbrio de longo prazo na massa terrestre mais importante do planeta.

Podemos notar que as mudanças na política externa norte-americana para o Oriente Médio não interromperam o uso do mecanismo de sanções no caso iraniano. Tampouco geram um período em que as sanções foram levantadas por completo. Washington não deixou de aplicar algum tipo de sanção nem durante a vigência do *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA)⁷ (KATZMAN, 2020). Portanto, desde 1979, as sanções são utilizadas ininterruptamente, apesar das mudanças na região e no Sistema Internacional ocorridas. Tanto as sanções econômicas quanto a guerra financeira foram ferramentas do campo geopolítico, mecanismos usados dentro dos objetivos geoestratégicos norte-americanos para a Eurásia. Tal continuidade está em consonância com a avaliação de Bandeira (2016) sobre a importância do pivô geopolítico da Eurásia para os norte-americanos.

⁷JCPOA foi o acordo nuclear entre EUA, Irã e União Europeia.

4 Considerações finais

A escolha do Irã como alvo da guerra financeira não está relacionada à lógica dos mercados ou da globalização financeira. A guerra financeira e as sanções não respeitam a dinâmica dos lucros ou dos frios modelos econômicos, estéreis de relações de poder. O espaço da guerra financeira é decidido respeitando a dinâmica da geopolítica e dos movimentos geoestratégicos de longo prazo. A escolha do alvo não é aleatória e não pertence ao campo da “economia”. As sanções comerciais e a guerra financeira contra o Irã não foram uma disputa por mercados ou por mais dinheiro. Esses eventos foram, e ainda são, parte de uma disputa pelo poder no tabuleiro das nações.

A dimensão monetário-financeira é uma dimensão do poder, seja dentro das sociedades, seja na relação entre elas. A moeda não é um elemento neutro, ela se caracteriza como uma tecnologia social intimamente relacionada com a dimensão política. A utilização desta como ferramenta de coerção no jogo das grandes potências não é uma heresia epistêmica como pressupõe a Teoria Econômica. Pelo contrário, se configura como um fruto de um processo complexo de interação entre espaço, poder e finanças que está relacionado com a grande estratégia da potência norte-americana para o continente mais importante na disputa pelo poder global, a Eurásia.

No caso do Irã, tal razão se encontra na importância do espaço iraniano para a estratégia norte-americana, uma vez que a Eurásia estabelece desafios permanentes aos EUA e à sua geoestratégia. O uso da guerra financeira como solução estratégica está associada à importância do espaço onde se encontra o alvo. A importância da posição geográfica do Irã no *Rimland* não cria um determinismo geográfico para a aplicação das sanções econômicas e financeiras, mas evidencia a importância da geografia na disputa entre as grandes potências e nas escolhas estratégicas como forma de coerção contra um adversário. Os motivos políticos estão relacionados à posição geopolítica do Irã no tabuleiro das nações.

Seja por ser um espaço fundamental para a contenção do poder terrestre, como na lógica da Guerra Fria, seja por ser um país que busca um desenvolvimento tecnológico capaz de desequilibrar uma região altamente instável, o Irã é um espaço de importância estratégica para os EUA. As sanções comerciais e financeiras cumprem um importante papel de pressão geopolítica indispensável para as ambições de Washington no tabuleiro do poder global.

Referências

BANDEIRA, L. A. M. *A desordem mundial: o espectro da total dominação*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2016.

BRZEZINSKI, Z. *Game plan*. Atlantic Monthly Press, 1986.

BRZEZINSKI, Z. *The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

BRZEZINSKI, Z. *Strategic vision: america and the crisis of global power*. New York: Basic Books, 2012.

COSTA, W. M. *Geografia política e geopolítica: um discurso sobre o território e o poder*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1992.

DREZNER, D.W. *Sanctions sometimes smart: targeted sanctions in theory and practice*. *International Studies Review* Volume 13, 96–108. 2011. Disponível em: <<https://academic.oup.com/isr/article-abstract/13/1/96/1807429>>. Acesso em: 27 ago 2020.

DUBOWITZ, M.; FIXLER, A. *Cyber-enabled ‘swift’ warfare: power, blowback, and hardening american defenses*. In: S. F. Ravich, *Cyber-enabled economic warfare: an evolving challenge*. Washington: Gudson Institute, p. 14-48. 2015.

EUA; Departamento de Estado. *Designation of iranian entities and individuals for proliferation activities and support for terrorism*, 2007. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2007/oct/94193.htm>>. Acesso em: 11 out 2020.

FAYAZMANESH, S. *The United States and Iran: sanctions, wars and the policy of dual containment*. Nova Iorque: Routledge, 2008.

FENAROLI, G. C. *Financial warfare: money as an instrument of conflict and tension in the international arena*. Senior Projects Spring 2016. Disponível em: <https://digitalcommons.bard.edu/senproj_s2016/136/>. Acesso em: 18 ago 2020.

GERACE, M. P. *Between mackinder and spykman: geopolitics, containment, and after*; in “Comparative Strategy”, vol 10, p. 347-364, 1991.

KATZENSTEIN, S. *Dollar unilateralism: the new frontline of national security*. *Indiana Law Journal*, 293 – 351, 2015. Disponível em: <<http://ilj.law.indiana.edu/articles/16->

[Katzenstein.pdf](#)>. Acesso em: 15 ago 2020

KATZMAN, K. *Iran sanctions*. Washington: Congressional Research Service, Julho, 2020.

KITTRIE, O. F. *New sanctions for a new century: treasury's innovative use of financial sanctions*. University of Pennsylvania Journal of International Economic Law, 189-822, 2009. Disponível em: <<https://scholarship.law.upenn.edu/jil/vol30/iss3/3/>>. Acesso em: 23 ago 2020.

LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus. 1988.

MACKINDER, H. *Geographical pivot of history*. The Geographical Journal., Vol. 23, No. 4, p.421-444, 1904.

MALONEY, S. *Iran's political economy since revolution*. Washington, DC: Brookings Institution, 2015.

MELLO, L. I. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: EDUSP, 1999.

PADULA, R. *O pensamento geoestratégico e os documentos estratégicos dos EUA no pós Guerra Fria*. Carta Internacional (USP), v. 13, p. 31-55, 2018.

PECEQUILO, C. S., & FORNER, C. N. *Barack Obama e o Oriente Médio: um Panorama Crítico (2009/2017)*. Carta Internacional, v. 12, p. 101-125, 2017.

RAJENDRAN, G. *Financial blockades: reserve currencies as instruments of coercion*. In: A. Wheatley, *The power of currencies and the currencies of power*, pp. 87-101. London: Routledge. 2013.

RIVLIN, P. *Leverage of economic sanctions - the case of US sanctions against Iran, 1979–2016*. In: M. WIGELL, S. SCHOLVIN, & M. AALTOLA, *Geo-economics and power politics in the 21st century: the revival of economic statecraft*, p. 135 - 153. New York, NY: Routledge, 2018.

SERRANO, F., & MEDEIROS, C. A. *Padrões monetários internacionais e crescimento*. In: J. L. FIORI, *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, p. 119-151. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA AZEVEDO, F. *Sanções financeiras: um estudo de caso sobre o uso da arma monetária*

sobre o Irã. Rio de Janeiro: UFRJ [Dissertação de mestrado], 2020. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2020/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fernando%20Silva%20Azevedo%20-%20PEPI.pdf>>. Acesso em: 04 set 2020.

SPYKMAN, N. *Geography and foreign policy I*. The American Political Science Review, Vol. 32, No. 1, p. 28-50, 1938.

SPYKMAN, N. *America's strategy in world politics: the united States and the balance of power*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1942.

TORRES FILHO, E. *A bomba dólar: paz, moeda e coerção*. Instituto de Economia - UFRJ - Texto para Discussão 026 | 2019. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_026_2019_TORRES%20FILHO.pdf>. Acesso em: 01 ago 2020.

WILKINSON, D. *Spykman and geopolitics*. In C.E Zoppo e C. Zorgbibe (editores) *On Geopolitics: Classical and Nuclear*. Dordrecht:Martinus Nijhoq, 1985.

XIANGSUI, W., & LIANG, Q. *Unrestricted Warfare*. Beijing: PLA Literature and Arts, 1999.

ZARATE, J. *Treasury's war: the unleashing of a new era of financial warfare*. New York: PublicAffairs, 2013.

Recebido em 21 de janeiro de 2021.

Aceito para publicação em 25 de fevereiro de 2021.